

Cinqüenta Anos de Jurisprudência do Tribunal Constitucional Federal Alemão

Coletânea original:
JÜRGEN SCHWABE

Organização e introdução
LEONARDO MARTINS

Tradução:
Beatriz Hennig
Leonardo Martins
Mariana Bigelli de Carvalho
Tereza Maria de Castro
Vivianne Gerales Ferreira

Prefácio:
Jan Woischnik



Konrad
Adenauer-
Stiftung

© 2005 KONRAD-ADENAUER-STIFTUNG E.V.

KONRAD-ADENAUER-STIFTUNG E. V.

Tiergartenstrasse 35

D-10785 Berlin

República Federal de Alemania

Tel.: (#49-30) 269 96 453

Fax: (#49-30) 269 96 555

FUNDACIÓN KONRAD-ADENAUER, OFICINA URUGUAY

Plaza de Cagancha 1356, Oficina 804

11100, Montevideo

Uruguay

Tel.: (#598-2) 902 0943/ -3974

Fax: (#598-2) 908 6781

e-mail: ius@kasuy.org

www.kas.de

Editor Responsable

Jan Woischnik

Organizador

Leonardo Martins

Asistentes de Redacción

Rosario Navarro

Manfred Steffen

Corrector

Paulo A. Baptista

Impreso en Mastergraf

Gral. Pagola 1727 - Tel. 203 47 60*

11800 Montevideo, Uruguay

e-mail: mastergraf@netgate.com.uy

Depósito legal 337.301 Comisión del Papel

Edición amparada al Decreto 218/96

ISBN 9974-7942-1-8

Impreso en Uruguay *Printed in Uruguay*

La presente publicación se distribuye exclusivamente en forma gratuita, en el marco de la cooperación internacional de la Fundación Konrad Adenauer

Los textos que se publican son de la exclusiva responsabilidad de sus autores y no expresan necesariamente el pensamiento de los editores. Se autoriza la reproducción total o parcial del contenido citando la fuente.

Sumário

ABREVIATURAS	7
PREFÁCIO	
JAN WOISCHNIK	27
INTRODUÇÃO À JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL FEDERAL ALEMÃO	
LEONARDO MARTINS	33

1ª Parte:

PRELIMINARES CONCEITUAIS E DOGMÁTICAS

§ 1. Quanto à interpretação	129
§ 2. Quanto ao exame da interpretação e aplicação do direito ordinário pelo Tribunal Constitucional Federal	141
§ 3. Quanto aos efeitos da inconstitucionalidade de normas	151
§ 4. Quanto à ordem econômica constitucional	155
§ 5. Quanto à eficácia dos direitos fundamentais em relações especiais de sujeição do titular à autoridade investida de poder público	161
§ 6. Quanto à titularidade de direitos fundamentais por pessoas jurídicas (Art. 19 III GG)	169

2ª Parte:

DIREITO CONSTITUCIONAL MATERIAL I*(Direitos Fundamentais – Art. 1 19 GG)*

§ 7.	Dignidade da pessoa humana (Art. 1 I GG).....	177
§ 8.	Livre desenvolvimento da personalidade (Art. 2 I GG)	187
§ 9.	Direito à vida e à incolumidade física, liberdade da pessoa (Art. 2 II GG)	265
§ 10.	Mandamento de igualdade: igualdade de aplicação da lei e por intermédio da lei (Art. 3 GG)	319
§ 11.	Liberdade de crença, consciência e confessional; Recusa da prestação do serviço militar de guerra (Art. 4 GG)	349
§ 12.	Liberdade de expressão do pensamento, de informação, de imprensa, de radiodifusão e de cinematografia (Art. 5 I GG).....	379
§ 13.	Liberdade artística (Art. 5 III GG)	495
§ 14.	Proteção do casamento e da família (Art. 6 GG)	501
§ 15.	Direitos fundamentais escolares e liberdade de estabelecimento escolar privado (Art. 7 GG)	513
§ 16.	Liberdade de reunião (Art. 8 I GG)	523
§ 17.	Liberdade (geral) de associação e de criação de associações profissionais (Art. 9 GG)	557
§ 18.	Sigilo da correspondência, postal e da comunicação telefônica (Art. 10 GG)	589
§ 19.	Liberdade de locomoção (Art. 11 GG)	591
§ 20.	Liberdade profissional (Art. 12 GG)	593
§ 21.	Inviolabilidade do domicílio (Art. 13 GG)	673
§ 22.	Garantia do instituto da propriedade privada e direito fundamental à propriedade (Art. 14 e 15 GG)	719
§ 23.	Proteção contra a retirada da cidadania e extradição, e direito ao asilo político (Art. 16 e 16a GG)	781
§ 24.	Direito de petição (Art. 17 GG)	799
§ 25.	Garantia da via judicial (Art. 19 IV GG)	801

3ª Parte:

DIREITO CONSTITUCIONAL MATERIAL II**(Direito de Organização do Estado)**

§ 26.	Princípios constitucionais do Estado I: Ordem federativa (Art. 20 I GG)	821
§ 27.	Princípios constitucionais do Estado II: Estado social (Art. 20 I GG)	827
§ 28.	Princípios constitucionais do Estado III: Estado democrático (Art. 20 I e II GG)	837
§ 29.	Princípios constitucionais do Estado IV: Estado de direito (Art. 20 II 2 e III GG)	845
§ 30.	Direitos adquiridos do funcionalismo público (Art. 33 V GG)	875

4ª Parte:

**DIREITO CONSTITUCIONAL PROCESSUAL
E GARANTIAS PROCESSUAIS CONSTITUCIONAIS**

§ 31.	Controle concreto da constitucionalidade das normas (Art. 100 I GG)	893
§ 32.	Direito ao juiz legal (Art. 101 I 2 GG)	899
§ 33.	Extinção da pena capital (Art. 102 GG)	907
§ 34.	Direito ao contraditório em processo judicial (Art. 103 I GG)	913
§ 35.	<i>Nulla poena sine lege</i> e proibição da retroatividade das leis penais (Art. 103 II GG)	925
§ 36.	<i>Ne bis in idem</i> (Art. 103 III GG)	941
§ 37.	Garantias do preso (Art. 104 GG)	945

ANEXOS

I.	Excertos da <i>Grundgesetz</i> (GG) e da Lei Orgânica do TCF (BVerfGG)	953
II.	Quadro sinótico das Decisões apresentadas	977
1.	Ordem dos assuntos e aplicação dos dispositivos constitucionais	977
2.	Ordem cronológica	982
III.	Index Remissivo Conceitual	987
IV.	Bibliografia	991